

“Produtores industriais estão conscientes da mudança que é necessária”, diz Siza Vieira

30 de Março, 2021

“O realismo da ATIC (Associação Técnica da Indústria de Cimento) é de saudar”, disse o ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, **Pedro Siza Vieira**. Sendo a indústria na sua generalidade um grande responsável pela emissão de gases com efeito de estufa em Portugal, o caminho da neutralidade é quase obrigatório: “Se não se fizer esse caminho, as atividades tornaram-se pouco competitivas e são afastadas do mercado pelo simples facto de não cumprirem as regras em condições de custos adequados”, declarou. O ministro falou, esta segunda-feira, na conferência “*Cimentar o Futuro*”, promovida pela **ATIC**, onde foi apresentado o **Roteiro da Indústria Cimenteira Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050**.

“Todos percebemos que as exigências em matéria de redução de emissões vão-se concretizar muito sensivelmente nos próximos anos. E a Europa já tem regras muito exigentes nestas matérias”, destacou Siza Vieira, constatando que os mesmos objetivos já são, também, partilhados por outras regiões do globo: “Os Estados Unidos (da América) já manifestaram a intenção de regressar ao Acordo de Paris e temos já a convicção de que a China vai também fazer o mesmo nível de esforço”.

O ministro da Economia não deixou de enaltecer o facto de os produtores industriais estarem “conscientes dos desafios”, estando, por isso, a mobilizar-se para a mudança que é necessária: “Este Roteiro mostra que essa neutralidade é possível”. Ao nível da tecnologia, o ministro considera que é preciso continuar a “fazer esforços” a vários níveis, como é o caso da “investigação e do desenvolvimento”, do “investimento em processos produtivos mais eficientes”, da “dotação do país e das indústrias no acesso a fontes de energia renováveis” ou da “possibilidade de se utilizar outro tipo de energias nos processos produtivos na indústrias”, como por exemplo, o “hidrogénio verde”. E com isto, “estamos a falar da possibilidade de recorrer à reciclagem e ao reaproveitamento dos resíduos da demolição e construção” ou do “próprio transporte de matérias-primas e de produtos acabados terem reduções muito significativas de emissões”, refere. Ainda nestas matérias, Siza Vieira considera que o “processo de amadurecimento” e a forma como “as tecnologias estarão disponíveis ao nível industrial a um custo competitivo” pode “demorar” ou ser “acelerado”, em função da “intensidade dos investimentos e do alinhamento de política públicas e decisões privadas” em torno destes grandes objetivos.

O ministro da Economia não tem dúvidas de que a mudança vai traduzir-se em custos muito significativos: “Há um grande esforço de investimento que vai ter que ser efetuado pela indústria e pelos vários protagonistas neste setor onde em alguns casos vão aumentar a eficiência de processos e a capacidade de reduzir custos”. Mas, atenta Siza Vieira, “grande parte das despesas que se

configuram nos próximos anos vão ser para assegurar a continuidade do mercado no cumprimento de regras cada vez mais exigentes”. E tal esforço terá que ser feito com duas condições: “Por um lado, assegurar que os produtores nacionais estão em condições equitativas de concorrência, quer em mercados globais, quer em mercado nacional. Por outro lado, assegurar que em todos os Estados-membros andamos à mesma velocidade”. Por isso, destaca o ministro, “é importante que todos os produtores da União Europeia estejam vinculados aos mesmo objetivos em matérias de CO2 e tenham acesso a condições equitativas em matéria fiscal, por exemplo”.

Outro aspeto crítico da competitividade da produção nacional, segundo o chefe da pasta da Economia, assenta na “possibilidade de mobilizar recursos públicos” numa tarefa que é de interesse coletivo: “Queremos manter a produção industrial na Europa. Queremos manter a produção industrial em Portugal. E queremos aumentar se possível”. Por isso, “não podemos reindustrializar a Europa ou aumentar o peso da indústria no Produto Interno Bruto se penalizarmos excessivamente aquelas indústrias que já existem”, refere, alertando para a importância de se perceber que há “várias fontes de recursos públicos” para apoiar a transição climática na indústria europeia: “Em Portugal, isso também será assim e, na próxima década, poderemos contar com uma panóplia de instrumentos significativos”, sucinta.

Como nota final, Siza Vieira afirma que, na próxima década, será conhecido um “movimento muito grande” em toda a Europa de crescimento do investimento público e privado: “O mundo vai continuar a precisar de edifícios e infraestruturas”.